

Num momento propício ao acirrar de paixões em torno do caso Rushdie, e quando os fundamentalistas procuram acentuar o fosso cultural que separa o ocidente do mundo muçulmano, a comunidade islâmica em Portugal sente as atenções virarem-se para si e escolhe a moderação. Já noutras paragens as reacções tendem a dividir-se.

Veja-se por exemplo Paris, Londres ou Nova Iorque

A face portuguesa do Islão

E Nuno Ferreira

LE feriu-nos profundamente por que abusou da figura de Muhammad (Maomé). Colocou o nome das

esposas do profeta como prostitutas. Usou o nome do profeta, o que nós não admitimos a ninguém. É algo de anormal para nós. Temos em primeiro plano o profeta Muhammad e é para nós uma obrigação amar mais o profeta do que o nosso pai. Pode perguntar aos meus filhos. E fiquei ainda mais aborrecido quando o vi na televisão dizer que se soubesse que a reacção ia ser esta ainda seria mais crítico.»

Para o muçulmano português anónimo que acabamos de citar, o livro *Versículos Satânicos* de Rushdie é — mesmo sem o ter lido — uma ofensa «intolerável». Mas tal como para a esmagadora maioria da comunidade islâmica portuguesa, a condenação à morte por Khomeiny é vista como «um acto de radicalismo político»: «A religião islâmica é por natureza tolerante. Ninguém pode decretar a morte de um homem sem que este tenha direito a julgamento pelos sábios do Islão. É mau que Khomeiny aproveite politicamente algo que nos é tão sagrado como também é mau o aproveitamento político da senhora Thatcher», explica.

A comunidade islâmica em Portugal sente que se viram para si as atenções e escolhe a moderação. Pouco dados à intervenção política e absorvidos, na sua quase totalidade, pela azáfama diária do comércio, os muçulmanos portugueses vêm a actual agitação como algo distante que se passa no estrangeiro. Além do mais, sendo em quase 98 por cento sunitas, vêm na actual situação mais uma tomada de posição dos radicais xiitas.

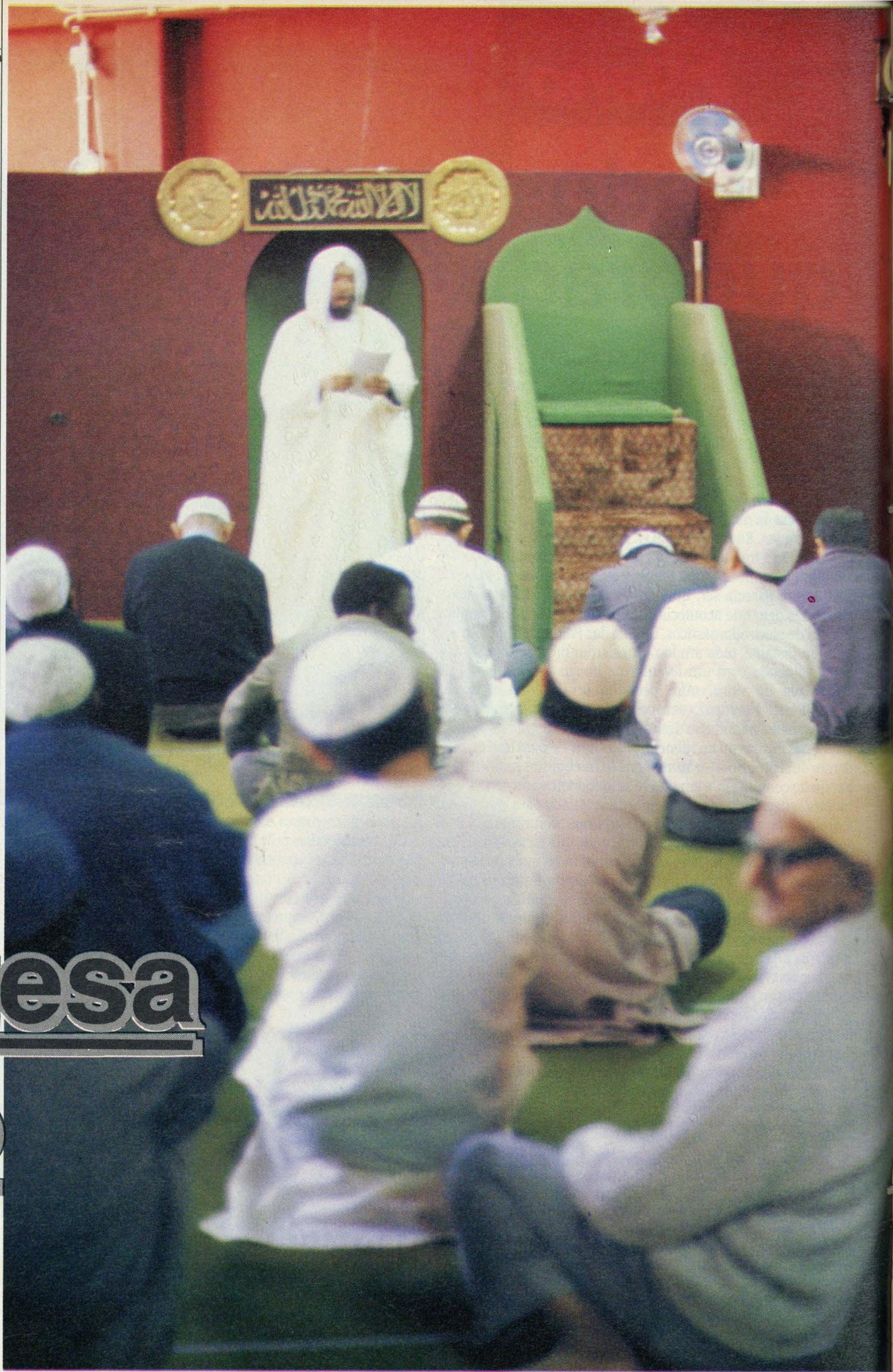
Por último, sendo a «guerra santa» (Jihad) uma afirmação anti-imperialista e anti-ocidental, não parece fazer sentido evocá-la num país onde o encontro com a civilização árabe se reflecte ainda hoje no património cultural (língua, costumes, monumentos). Portugal é uma nação onde olhar para o mundo islâmico é, em parte, olhar para o próprio passado. «O encontro dos portugueses com o Islão nunca se quebrou, perpe-

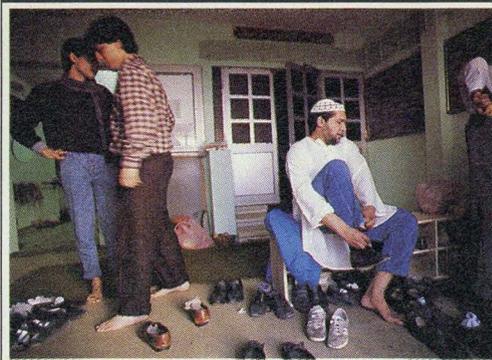
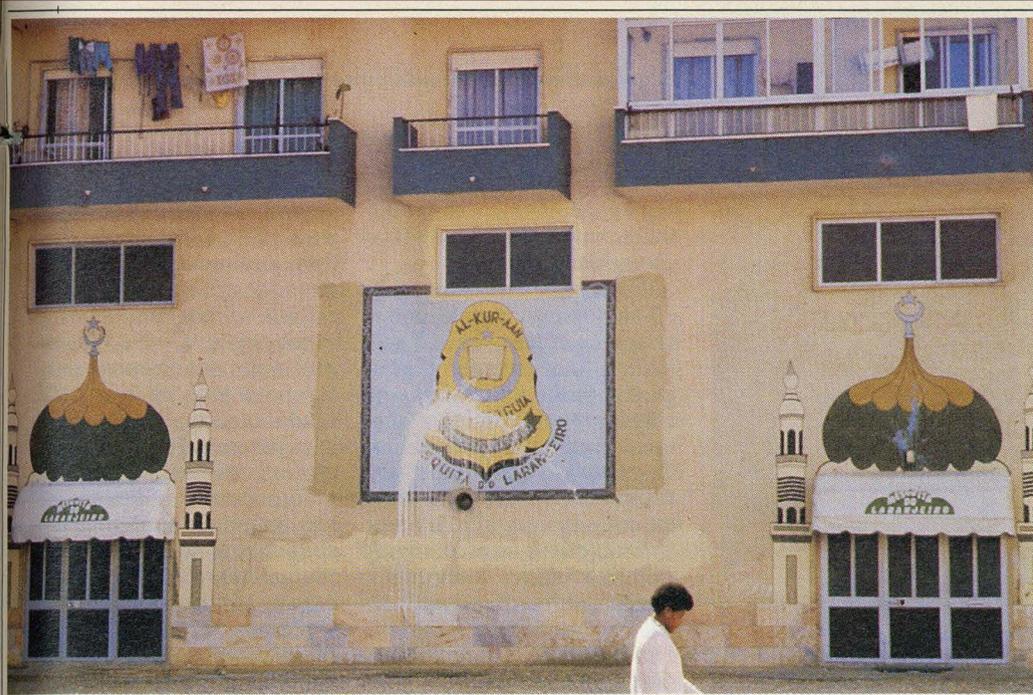
tuou-se até aos nossos dias e é raro em relação a outras civilizações», comenta Suleiman Valy Mamede, que ocupou a presidência da comunidade islâmica de Lisboa durante vinte anos.

Totalizando actualmente mais de quinze mil pessoas, a comunidade é constituída, na sua maioria, por islâmicos de origem indiana e paquistanesa que vieram de Moçambique a seguir à independência e de africanos oriundos da Guiné-

Bissau e está praticamente concentrada em Lisboa e na sua periferia embora existam núcleos em Faro, Peniche, Porto ou Coimbra. Em pouco mais de dez anos, estas pessoas foram constituindo ao redor da capital uma rede de pequenas mesquitas, locais de culto e madrassas (escolas) com que pretendem perpetuar a religião, cultura e civilização islâmicas.

Para além da mesquita de Lisboa, existem mesquitas em





Lavando os membros e a face antes das orações, os muçulmanos pretendem apresentar-se diante de Deus «purificados», «com um coração limpo» e «uma alma humilde» (imagens da mesquita do Laranjeiro, ao sul do Tejo)



Odivelas e no Laranjeiro e locais de culto em Carnaxide, Colina do Sol, Forte da Casa, Vialonga e Portela. A diferença entre uma mesquita e um local de culto é que uma mesquita tem de assegurar as cinco orações diárias prescritas pela religião islâmica.

Integração

Mas quando o fundador da comunidade, Suleiman Vally

Mamede, chegou a Portugal, em 1953, os islâmicos contavam-se pelos dedos. Abdool Vakil, actual presidente da direcção e sócio número dois, ainda se lembra do tempo em que as orações eram feitas em sua casa: «Quando era ocasião de festas, o Ramadão por exemplo, andávamos à procura de outros muçulmanos para fazerem conosco as orações». Vakil ainda conserva fotos dessas reuniões, nos anos 60, quando

juntavam lá em casa 15 a 20 pessoas, no máximo.

Quando a comunidade foi fundada, em 1968, seriam ao todo cerca de vinte e cinco pessoas. «Tivemos muitas dificuldades», lembra Vally Mamede, «fui convocado dezanove vezes pela PIDE e umas dezoito pelo Governo Civil de Lisboa de tal maneira que a dada altura estava para desistir dos estatutos. Criar uma comunidade islâmica era então um problema

devido à posição dos países islâmicos face ao colonialismo».

O primeiro pedido formal para a cedência do terreno onde seria construída a mesquita principal, em Lisboa, foi em 66 mas só em 78 começaram as obras. Depois do 25 de Abril, o embaixador do Egipto cedeu uma cave da sua residência para as orações e mais tarde, em 79, o Governo de Mota Pinto cedeu uma parte de um palácio, ao Príncipe

Real, para a instalação de uma mesquita provisória.

Começando a afluir de Moçambique, onde um terço da população é muçulmana e onde dispunham de todas as condições de culto (comunidades organizadas, mesquitas, cemitérios islâmicos), os muçulmanos depararam em Portugal com a ausência quase total de estruturas. «Até nos quartos das pensões fazíamos as orações», conta Mohamed Adamgy, da comuni-

dade do Laranjeiro. «E lembro-me de chegarmos a fazer uma oração de festa num relvado em Lisboa e até no Pavilhão dos Desportos.»

Aos poucos a comunidade foi-se instalando, sobretudo no comércio, actividade em que já predominava em Moçambique. A seguir à independência, ou por questões económicas ou devido a persegui-

(Continua na página 20-R)

(Continuação da página 19-R)

ções políticas e religiosas, abandonaram Moçambique restabelecendo depois em Portugal, em poucos anos, com menor ou maior dificuldade, os contactos que lhes permitiram construir uma rede comercial, a exemplo da que haviam deixado.

As relações com as populações onde foram instalando os locais de culto ou as mesquitas foram, também, sempre relativamente cordiais se bem que não escondam alguma incompreensão com que tiveram de se deparar nos primeiros tempos. «Quando instalamos a sala de culto», contamos um islâmico que dirige uma pequena comunidade suburbana, «a rapaziada da zona atirava pedras, partia os vidros e até foguetes atira-

va lá para dentro. Depois conversámos com eles e deixaram-se disso. Agora todos nos respeitam».

Defender identidade

Apesar de iniciada em 79, a mesquita de Lisboa ainda está inacabada. Apenas a sala de culto e a escola provisória funcionam mas a sala de culto necessita ainda de ser impermeabilizada. Os países que mais contribuíram para o financiamento deste projecto, como a Arábia Saudita, o Kuwait ou a Líbia, congelaram os fundos quando se instalou um conflito na direcção da comunidade, com duas pessoas, Mussa Omar e Valy Mamede, a reivindicarem a presidência. O conflito terminou

com uma lista de consenso em Julho de 88, mas a mesquita inacabada reflecte esse período agitado.

O cheque ou moulana da mesquita chama-se Munir e é este jovem teólogo, formado no Paquistão e na Índia, que orienta as cinco orações diárias prescritas pela religião e dá aulas, na pequena madrassa (escola) da mesquita. Como no islamismo não existem sacerdotes nem qualquer espécie de autoridade religiosa — excluindo o caso particular do xiismo — as funções do cheque Munir são sobretudo as de orientação, aconselhamento e ensino.

Quando o visitamos, ao fim de mais um dia de aulas, Munir está só na sala onde ensina religião. Por detrás de



Abdool Vakil,
presidente da
comunidade islâmica

uma secretária rodeada de livros, tem um televisor e um vídeo e é também auxiliado por um computador. Ao fundo amontoa-se uma pilha de cassetes de vídeo que contam a história do profeta ou mos-

tram como se faz a peregrinação a Meca.

Embora a madrassa tenha 70 alunos inscritos, Munir só consegue contar com 15 a 20 alunos diariamente porque para muitos é impossível conciliar a escola oficial com as duas horas que precisariam de passar ali, a ler o Corão ou a aprender a História Islâmica.

O objectivo da escola é o de que as crianças conheçam o Corão, sobretudo os capítulos necessários às orações. Mas a História Islâmica está dissociada no contexto português. Por vezes, alguns pupilos chegam-lhe à aula baralhados, dizendo-lhe que o professor, na escola oficial, lhes ensinava que eles eram «mouros» e que lutaram contra os

portugueses. Munir explica-lhes que «mouro» é um termo que só se utiliza em Portugal e esforça-se por lhe retirar a carga negativa. «Não insisto muito durante a época escolar para não os confundir ainda mais», explica, «mas recupero nas férias». Outros professores utilizam o termo maometanos. «Tenho de explicar-lhes que nós não somos maometanos, somos muçulmanos. Não somos maometanos porque não seguimos Maomé, submetemo-nos voluntariamente a Deus e é a sua lei que seguimos.»

Alguns alunos dedicam-se a decorar todo o Corão de forma a conseguirem recitá-lo de cor. Quando o fizerem, receberão o título de «Haf-

Sob a lei do profeta

Mário Robalo

«Ó crentes! Combatei os idólatras nossos vizinhos; que eles encontrem sempre em vós mau acolhimento(...)».
in Alcorão, cap. 9, versículo 123

CINCO vezes ao dia, do alto dos minaretes das mesquitas ecoa a voz dos «muezzins» que, num apelo à oração, proclamam sucessivamente que não existe outra divindade além de Allah e que o profeta Muhammad (Maomé) é verdadeiramente seu Mensageiro.

Para os seguidores de Muhammad, um quotidiano por onde não repasse o aceite da presença divina, é considerado um absurdo. Daí que, a cada um dos apelos feitos, se entreguem à adoração de Allah, corolário da afirmação da sua fé.

Mas o chamamento feito pelos «muezzins» não se restringe aos crentes. Concebendo o Islão (submissão à vontade divina) como um dever com carácter universal, os muçulmanos consideram aquela proclamação extensiva a toda a Humanidade. Para eles toda a legislação civil deveria ser consentânea com a Revelação (doutrina e códigos de conduta transmitidos por Allah ao Profeta). Assim, arrogam-se da missão de difundir por entre os povos que a ignoram, porque — como afirma Roger Du Pasquier em *Découverte de l'Islam* —, são os «filhos» do profeta quem possuem as qualidades e as potencialidades necessárias para espalharem por todo o Mundo a fé em Allah.

Nascido por volta do ano 570 dC, Muhammad encontra em Meca (sua cidade natal) uma sociedade debilitada pelos permanentes atritos entre uma aristocracia mercantil (possuidora de prestigiadas caravanas), uma população composta por pequenos comerciantes e os beduínos e estrangeiros, que constituíam o proletariado da cidade,

conforme anota Bernard Lewis, no seu livro *Os Árabes na História*.

O ambiente religioso era dominado por uma verdadeira «promiscuidade» de ídolos que exorcizavam os medos que os negócios teciam. Eram em número de 360 (um para cada dia do ano lunar) os deuses que se adoravam no interior da «Kaaba», a pedra que, segundo uma lenda beduína, o anjo Gabriel entregou ao profeta Abraão por ele ter resistido às tentações dos diversos demónios, enquanto atravessava a região desértica de Hedjaz. Por seu turno, o cristianismo — que Muhammad parece ter conhecido, quando acompanhou as caravanas de seu tio Abu Talib nas deslocações à Síria e Mesopotâmia —, dividia-se em facções: arianos, jacobitas, nazarenos, monofisitas, entre outras correntes.

Orfão, Muhammad ascende a uma posição social de relevo quando, com 25 anos de idade, casa com a viúva de importante comerciante, Khadija, quase vinte anos mais velha. «Pouco se sabe dos antecedentes (...) de vida de Maomé», afirma Bernard Lewis. Contudo, segundo ele, «as origens espirituais» do Profeta talvez se devam procurar entre «um grupo denominado Hanifes, pagãos de Meca descontentes com a idolatria dominante (...) e que aspiravam a uma forma mais pura de religião».

E aos 40 anos de idade, consoante a tradição islâmica, Muhammad recebe do anjo Gabriel durante 23 anos, as «revelações» de Allah, as quais foram reunidas no Alcorão, designação árabe de «O Livro».

Inicialmente, o Governo de

Meca não lhe fez oposição. Mas quando o Profeta proclama a existência de um só Deus e a perversidade da idolatria, a classe dirigente — constituída pelos mercadores abastados da cidade —, verifica que se perigar a situação priverligiada da «Kaaba», como centro de peregrinação, os negócios poderão sofrer sérios desaires.

Escorçado de Meca, refugia-se em Medina, cidade fundada por Judeus. Esta fuga («hijra», em árabe), ocorrida em Julho de 622, marca o primeiro dia do calendário islâmico.

Com graves dissidências internas, a comunidade judaica de Medina reconheceu a determinação política do Profeta, que organiza politicamente a prática da fé, como afirma Bernard Lewis. E salienta: «Só a religião podia cimentar o Estado entre os árabes, para quem o conceito de autoridade política era totalmente estranho». É deste modo que o exercício da autoridade deixa de pertencer à opinião pública, transferindo-se para Deus, representado por Muhammad. É a partir de então que a «revelação» do Alcorão passa a reflectir ideias sobre a governação. Porém, e apesar de ter assimilado o jejum judaico e a prática da oração orientada para Jerusalém, os judeus não lisonjearam as imposições do novo Estado de «direito divino». E Meca continuava a perseguir o «pai» da nova fé: em 627, sem resultado, montaram-lhe um cerco às portas de Medina.

Dois anos mais tarde, o assassinato

de um seguidor do Profeta, empurra-o para a conquista de Meca.

Regressa o Profeta à sua terra, proclamada de lugar sagrado, para onde os muçulmanos se inclinam, para adorar Allah, «o Beneficente, o Misericordioso».

O ritual islâmico

Segundo o cheque (teólogo) Munir, da Mesquita de Lisboa, a doutrina e os ritos islâmicos são inalteráveis, no tempo e no lugar, «por derivarem da revelação divina».

Orações — Voltados para Meca. Cinco por dia: antes do nascer do sol; após o meio-dia solar; antes do ocaso; após o ocaso; e ao início da noite. Motivo: agradecer o ciclo da vida.

Ablução — Antes de cada oração: lavam-se o rosto, os braços e os pés. Após o coito, o parto e final de menstruação, lava-se todo o corpo.

Mesquita — Reservada aos homens: a presença da Mulher na oração retira concentração. A Mulher faz a oração em casa. Só se pode entrar descalço.

Ramadão — Nono mês do Islão. Início da revelação do Alcorão. Jejum e proibição das relações sexuais desde o nascer até ao pôr-do-sol. Após o Ramadão, celebra-se o **Primeiro Festival** — Celebra-se após o Ramadão que constitui pagamento de uma taxa destinada aos pobres.

Sexta-feira — Dia da criação do

Mundo e da primeira revelação do Alcorão. Reunião dos crentes na mesquita. É permitido o trabalho.

Meca — Peregrinação, uma vez na vida, para os que tenham possibilidades.

Segundo Festival — Em memória de Abraão, cada crente sacrifica um animal, que divide em 3 partes iguais: para a sua casa, os seus familiares e os pobres.

Alimentos — Proibido o álcool, a carne de porco ou outra carne com sangue.

Esmola — 2,5 por cento dos rendimentos, para os pobres.

Nome — Assumpção, pelos convertidos não-árabes, de um nome muçulmano.

Casamento — Para o homem: permitido com crístãs e judias. Entrega de dote à mulher. Pode ter 4 mulheres, para evitar a prostituição.

Mulher — Só pode casar com um homem, de contário desconhecia-se a paternidade dos filhos. Não faz oração durante o período menstrual. O marido pode bater na esposa se para tal entender haver motivo.

Divórcio — Permitido ao Homem e à Mulher. Esta tem que solicitar autorização escrita ao marido, para que lhe seja concedido.

Adultério — Castigado com chicotadas nos países com religião oficial islâmica.

Jogo — Proibido: não é justo usar dinheiro de outrém que não advenha do trabalho.

Guerra Santa — Contra os que prejudicam e insultam a fé dos muçulmanos.

Pena de morte — O muçulmano não oferece a face a quem o ofendeu. Após julgamento, é permitida a aplicação.

Fim do Mundo — Ocorrera numa sexta-feira. Dia do julgamento final.

Céu — Lugar de bem-estar, que possuiará tudo o que se desejar (casas, jardins, alimentos).

Inferno — Lugar do desconforto.

Jesus — Considerado um profeta com missão divina, como Moisés, afirmam que o seu corpo subiu ao Céu e só em «aparência» é que foi crucificado.

Livros Sagrados — Reconhece dois de origem judaicas: o **Pentateuco** e **Salmos**. E ainda o **Evangelho**, apesar de o considerarem com graves alterações. Mas a última fonte do conhecimento de Allah é o **Alcorão**, revelado a Muhammad, seu último profeta.

A doutrina e os ritos islâmicos são inalteráveis, no tempo e no lugar



Fotos: Luis Ramos

fizz». Na madrassa da mesquita de Odivelas, por exemplo, são nove os rapazes que o estão presentemente a decorar sob a orientação de Moulana Abdul Gafir. Foi ele que há cerca de 4 anos atribuiu esse título a um jovem do Laranjeiro que está agora a estudar teologia em Inglaterra. Não são muitos aqueles que têm possibilidades económicas de enviar os filhos para uma Universidade islâmica no estrangeiro e esses casos são sempre motivo de grande orgulho para a comunidade. Representam a perpetuação da religião e da cultura islâmicas, absolutamente indissociáveis.

Os preços da fé

Hassan Bikha, por exemplo, da comunidade islâmica do Sul do Tejo, sediada no Laranjeiro, tem um filho a estudar em Inglaterra. «Eu sei que se ele se formar em teologia islâmica não ganhará rios de dinheiro, mas será um professor. E sei que assim os filhos dele, os meus netos, também seguirão a religião», explica. Na escola da mesquita do Laranjeiro, de onde saiu o filho de Bikha, estudam presentemente cento e vinte crianças. «A minha filha estuda na 4ª classe», explica Hassan Bikha, «vai de manhã para a escola primária, vem almoçar, regressa à escola e sai finalmente às 15h30. Vem a correr a casa, veste o traje islâmico e vai frequentar a madrassa durante duas horas. Volta para casa, faz as lições e no pouco tempo que lhe resta revê as lições de árabe».

A mesquita fica situada bem no meio das altas torres de apartamentos do Laranjeiro. Na parede exterior de uma cave vemos pintado em grandes dimensões: «Comunidade Islâmica do Sul do Tejo».

As 13 horas, os crentes que vivem próximo começam a chegar, calma e pacientemente, para mais uma das cinco orações diárias. Descalçam-se à entrada, onde pontificam cinco relógios marcando as horas das orações e um quadro negro onde se lêem recomendações.

Para muçulmanos como Hassan Bikha ou Mohamed Adamgy todo o ritual é já habitual. Depois de descalços seguem para os lavatórios onde, antes das orações, cumprem o ritual da ablução. Lavando os membros e a face, pretendem apresentar-se diante de Deus «purificados», «com um coração limpo» e «uma alma humilde» que não se submete a ninguém que não seja Deus. Depois, segue-se a oração. Aí sublinham, pela segunda vez nesse dia, a

adoração e submissão a Deus (Allah em árabe).

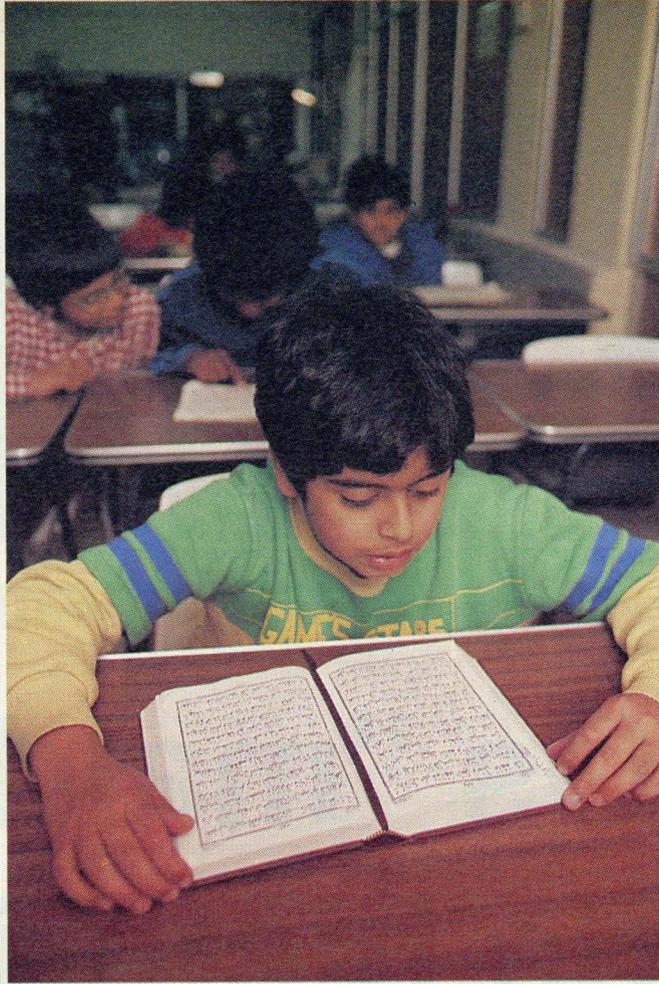
A comunidade do sul do Tejo é uma das mais frequentadas porque a maioria dos crentes preocupou-se em ir adquirindo as casas junto à mesquita ali existente. «**Todo o não muçulmano que quer vender aqui a casa vende bastante caro porque sabe que há-de aparecer sempre um muçulmano que lhe vai pagar o que pedir**», explicam. A maioria dos islâmicos do Laranjeiro tem estabelecimentos comerciais na área embora alguns trabalhem também em Lisboa. «**Aqueles que trabalham em Lisboa fazem as orações nos locais de trabalho. Na Póvoa de Santo Adrião, por exemplo, há um 'Cash and Carry' com muitos empregados muçulmanos. Essa empresa criou condições para à hora das orações poderem fazer a ablução e orarem. Na Rua do Benfornoso, onde há muitos comerciantes muçulmanos, houve um comerciante que arranjou um espaço para trinta ou quarenta pessoas poderem fazer as suas orações**», contam.

Os jovens e a tradição

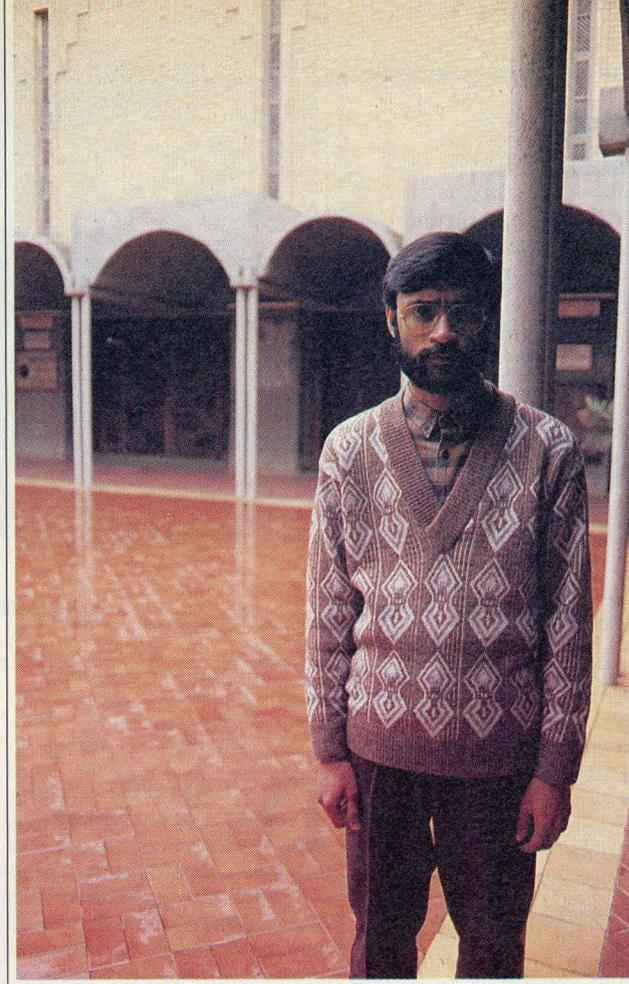
A grande preocupação dos responsáveis da comunidade do Laranjeiro vira-se para os jovens. É que se os adultos conhecem há muito os preceitos religiosos e se habituaram a segui-los num território (Moçambique) onde havia quase 6 milhões de muçulmanos, os jovens são iniciados num meio em que impera a cultura ocidental nas ruas, nas escolas, na televisão...

Há pais que começam a levar os filhos à mesquita aos 7 e 8 anos para que estes se iniciem desde cedo na prática das orações, se bem que só a partir da puberdade, aos 14 e 15 anos, sejam obrigados a seguir rigorosamente a religião. «**O perigo parte de nós mesmos**», explica Bikha, «se nós nos desviarmos e afastarmos da mesquita e das nossas tradições, então é natural que os nossos filhos se afastem. Mas enquanto nos mantivermos firmes os nossos filhos jamais se afastarão».

Como afirmação da sua própria identidade cultural, os responsáveis da comunidade vão estimulando o uso das vestimentas tradicionais algo em desuso nos primeiros anos de estada em Portugal. «**Fazemos questão de nos vestirmos assim para que as nossas vestes tradicionais o povo ainda fica a olhar e às vezes ouvimos: 'eh pá, já chegámos a Carnaval?' Mas já se habituaram ao nosso**



Fotos: Luis Ramos



Sob a direcção do sheik Munir, as crianças aprendem na escola (madrassa) a ler o Corão em árabe

chapéu, entramos no café e ninguém nos diz nada.»

Mais a norte, em Odivelas, os responsáveis da mesquita local não se cansam de elogiar os jovens da comunidade. «**Eles são até melhores que nós. Aprendem a teologia, cumprem as orações, não há desvios. Nós mantemos um ambiente familiar muito próprio**».

Em Odivelas, a comunidade não tem cessado de aumentar e há um projecto para melhorar a mesquita — actualmente, não há nada que a distinga do exterior, a não ser uma pequena placa. Mas se o projecto arrancar, erguer-se-á da característica antiga loja uma imponente mesquita adornada, onde pontificarão três minaretes. «**Vai-nos custar 15 000 contos**», explica o

coordenador da comissão administrativa.

Os preceitos islâmicos mais conhecidos, como a proibição de bebidas alcoólicas e de carne de porco, são seguidos sem hesitações, mesmo quando muito apreciados no país hospedeiro. «**Quando vim, as pessoas consideravam-me um pouco um bicho raro porque não bebia. Achavam estranho e metiam-se comigo por brincadeira mas respeitavam o facto de eu não beber e respeitavam-me também pelo facto de eu fazer o jejum do Ramadão**», garante Abdool Vakil.

A mulher e o mundo

O facto de viverem sobretudo na Grande Lisboa onde a maioria das mulheres trabalha

fora de casa, não modifica também as relações tradicionais entre os sexos dentro da comunidade. Há poucos casos de mulheres a trabalharem longe da família. Muitas trabalham em casa e outras trabalham nas lojas, junto dos maridos, como é o caso das mulheres de Adamgy e de Bikha que trabalham nas lojas que estes possuem no Laranjeiro. «**A mulher foi feita para tomar conta dos seus filhos, do seu lar e do seu marido**», explicam, «o que não impede que possa trabalhar fora de casa desde que o faça entre as mulheres ou entre a família».

Para o cheque Munir, é ao homem que compete, em princípio, sustentar a casa. «**Mas se ele não puder sustentar sozinho o lar, a mu-**

lher pode trabalhar desde que seja num ambiente favorável e onde o ambiente familiar não seja destruído. O mau exemplo dos pais influenciaria o comportamento dos filhos.» Munir cita empregos favoráveis à mulher: «**Podem trabalhar em hospitais, como enfermeiras ou em escolas, como professoras. O que não pode é haver mal entendidos porque o casal não pode ser destruído, não pode haver hipóteses de acusação de parte a parte**».

A tentação do vestuário ocidental coloca também alguns problemas mas Munir defende que o importante é tapar-se o corpo. «**É sabido que aqui em Portugal há, cada vez mais modas novas a serem lançadas e que é difícil resistir a elas. O vestuário pode ser moderno desde que se cumpra a obrigação de cobrir as partes importantes do corpo. Os homens podem usar umas calças modernas, sem problemas, desde que elas tapem e as mulheres também podem usar vestuário ocidental que as cubra. Embora em relação às mulheres, o vestuário ocidental, apertado e aberto, não seja muito favorável**», explica.

O cemitério

Para que todas as regras islâmicas sejam cumpridas, falta agora um cemitério muçulmano. «**Em Moçambique tínhamos sempre cemitérios muçulmanos, fosse em Maputo, Quelimane, Beira**

(Continua na página 22-R)

A comunidade islâmica foi-se instalando, sobretudo no comércio



Islão

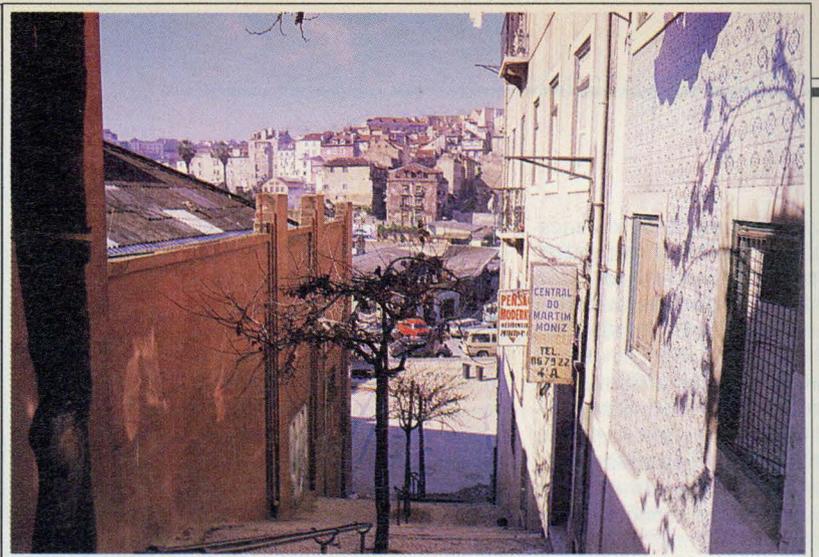
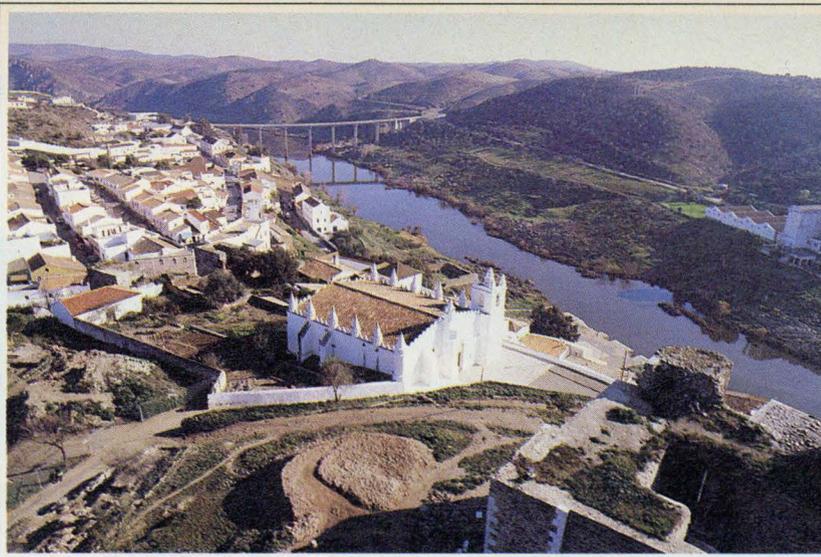
(Continuação da página 21-R)

ou Nampula», lamentam os responsáveis da mesquita de Odivelas. «É a nossa maior preocupação», dizem-nos no Laranjeiro, «aqui temos de enterrar nos cemitérios das localidades e não conseguimos manter as nossas regras». No enterro islâmico o corpo veste uma simples mortalha e não vai em caixão. Apenas uma tábua separa a terra do corpo. Mas o problema principal reside no facto dos corpos terem de ir voltados para a «quibla», a direcção de Meca. «E essa orientação é muito difícil de conseguir nos cemitérios portugueses porque as campas já estão quase sempre demarcadas. Uma solução poderia ser a cedência de uma parte dos cemitérios das localidades onde vivem muçulmanos», afirmam. A direcção da comunidade encontra-se, no entanto, em negociações com a Câmara Municipal de Lisboa para a cedência de um terreno com vista à construção do cemitério.

Em número (15.000), a comunidade islâmica portuguesa não deixa de ser pequena. Um país como a Bélgica com sensivelmente a mesma população que Portugal, alberga 230.000 muçulmanos e até a Dinamarca, com uma população de 5 milhões, é habitada por 20.000 islâmicos. Mas mais do que a presença numérica, o que distingue a comunidade islâmica em Portugal é a capacidade, comum a todas as minorias religiosas, de resistir no seu pequeno «ghetto» à aculturação.

«Agora o Sol nasce por volta das 7h. Como a primeira oração é feita antes, levanto-me por volta das 6h e faço-a na mesquita. A segunda é feita quando o Sol passa a zénite, entre a 1h e as 4h da tarde. Geralmente, como trabalho em Lisboa, vou lá à mesquita. A terceira oração é entre as 4h e as 6h30 da tarde. Estou a trabalhar mas arranjei um espaço nos fundos da loja para orar. Como é que sei a direcção de Meca? Tirei com um compasso, agora sei sempre para que lado me dirigir. A quarta oração é a seguir ao Sol posto. Faço-a às 19h, ainda na loja. A quinta oração é à noite e aí já posso fazê-la na mesquita ao pé de minha casa», explica um muçulmano.

Em neste pequeno mundo onde a vivência diária é ditada pelos versículos do Corão, qualquer ofensa ao sagrado é considerada uma ofensa à vida de cada muçulmano. «O Islão significa a submissão voluntária a Deus, nós submetemo-nos voluntariamente a Deus Criador. Por isso, qualquer ofensa a Deus ou ao Profeta Muhammad representa uma ofensa a nós próprios», explicam.



Fotos: Rui Oshôa

Chegaram em 711 e dois anos depois já dominavam toda a Península (Lisboa e Mértola, sinais da presença árabe)

Os "malditos" da história

Paulo Camacho

DERAM-NOS as azóias e os marabutos, os poços centrais e as mourarias, centenas de ideias e dezenas de vocábulos. Até nos deram o sebastianismo, que ao longo dos séculos ganhou por direito próprio foros de ideologia dum povo que — como eles — acredita na força do destino. Mas os historiadores pouco sabem deles — ao longo dos séculos, a História oficial após-lhes o rótulo de «infieis», retratou-os como sanguinários e fez por esquecer que a sua influência é determinante na nossa forma de ser.

Eles são os muçulmanos. Os nossos historiadores chamam-lhes, por comodismo, árabes ou mouros. Mas quando chegaram à Hispânia, no princípio do século VIII, os árabes (da Arábia) e os mouros (berberes da Mauritânia) vinham com sírios, persas e egípcios. Formavam um exército formidável, fiel à dinastia Omeiade, fundadora do movimento sunita, logo após a morte de Maomé.

Chegaram em 711 e, dois anos depois, já dominavam toda a Península Ibérica. E fixaram-se por cá, depois de Carlos Martel lhes ter impossibilitado a progressão para norte.

A conquista foi fácil devido ao estado de decomposição da monarquia visigótica; a reconquista cristã seria um pouco mais difícil, porque as lutas entre os ocupantes iniciavam já que a fragmentação é a principal característica da vida política dos povos muçulmanos.

O último bastião da resistência — Granada — só caiu às mãos dos Reis Católicos, em Janeiro de 1492. O califato de Córdova, onde se fixaram os Omeiades, tinha sobrevivido até ao século XIII. E Iuçufe, monarca da dinastia Almorávida, ainda conseguira unificar a Hispânia muçulmana, nos primórdios do século XII. Mas dos domínios conquistados nos anos setecentos restava apenas o sul: a norte, desde 850 que os muçulmanos —

militares e civis, mulheres e crianças — eram sistematicamente passados à espada.

Carta de foral para populações muçulmanas

Para fixar os limites actuais do nosso território, os monarcas portugueses — de D. Afonso Henriques a D. Afonso III — tiveram de enfrentar a dinastia dos Almóadas, «os que temem a Deus». Nessa altura, o genocídio já não era praticado: os reis católicos tinham, finalmente, começado a retribuir a tolerância com que os muçulmanos trataram os povos ocupados, no auge da sua presença na península.

D. Afonso Henriques, seguindo as tendências da época, deu carta de foral às populações muçulmanas que se lhe submetem, em Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer. Durante os reinados seguintes, os mouros forros, como passaram a chamar-se, continuaram a viver entre nós em relativa liberdade, seguindo os seus costumes, leis e religião.

O preço que tinham de pagar, porém, era elevado. Ao longo dos diversos reinados, foi introduzida nova legislação, criando tributo atrás de tributo. Passaram a estar sob a dependência directa dos reis, que a eles se referiam como «mauri mei» — e tão deles eram os muçulmanos que, quando morriam, deixavam os seus bens à coroa.

A verdade é que tanto os tributos existentes como a obrigatoriedade de deixar os bens ao rei eram prática co-

mum nas zonas governadas por monarcas muçulmanos. Por isso, os que aqui residiam por cá iam ficando, nas suas mourarias, governados por um alcaide de sua escolha — que exercia simultaneamente as funções de juiz —, rezando nas suas mesquitas (em Lisboa chegou a haver duas), frequentando as suas escolas e enterrando os mortos nos seus cemitérios. (Refira-se que os costumes islâmicos também foram aplicados, ao longo de séculos, quando se tratava de punir os escravos muçulmanos — descendentes dos militares vencidos na reconquista, a que se juntaram prisioneiros das guerras em África. A falsificação de moeda era punida com a amputação da mão e a fuga com o corte do pé).

Evitar contactos com os cristãos

Pelo menos a partir do reinado de D. Pedro I, as mourarias começaram a ser construídas nos arredores das povoações — nos arrabaldes. Embora alguns deles fossem artificiais ou comerciantes, a maioria dos muçulmanos dedicava-se a agricultura. Mas a sua deportação para o exterior dos muros das cidades traduzia, principalmente, uma vontade política de evitar a comunicação com a comunidade cristã. Durante o dia, os muçulmanos tinham de usar trajes típicos e sinais distintivos e mesmo de rapar a cabeça; à noite, estavam confinados às mourarias. Monarcas e Igreja não pouparam esforços para evitar o aparecimento de mestiços.

Mulher branca que fosse encontrada sozinha numa mouraria era imediatamente enforcada, o mesmo acontecendo ao muçulmano que recebesse uma cristã em sua casa. Mas nem as ameaças de excomunhão nem as penas mais pesadas conseguiram evitar os contactos sexuais entre as duas comunidades. E o exemplo veio donde se esperava: D. Afonso Henriques teve um filho de uma muçulmana, baptizado com o nome de Martim Afonso; e D. Urraca era filha de D. Afonso III e de uma muçulmana.

A paz em que os mouros forros tinham vivido em Portugal desde os primórdios da nação acabou com D. Manuel I. Em Dezembro de 1496, o monarca decidiu expulsar todos os judeus que não se convertessem ao cristianismo — e no mesmo decreto incluiu os muçulmanos.

Aos que se deixaram baptizar, passou a chamar-se mouriscos. No Tribunal do Santo Ofício caíram muitas queixas sobre mouriscos que, nas suas casas, continuavam a viver segundo a religião islâmica. O certo é que não inspiravam a confiança dos seus concidadãos: o Regimento dos pasteleiros da cidade de Lisboa determinava, em 1572, que não fossem aceites as candidaturas a este ofício de mouriscos, «porque se presume delles que não são verdadeiros como cumpre a officio desta qualidade».

Sob protecção do rei ou doutros poderosos, alguns muçulmanos continuaram em Portugal, apesar de não se

terem convertido. Outros se juntaram, vindos do Norte de África: depois de Alcácer Quibir, por exemplo, muitos dos muçulmanos que lutaram do lado dos portugueses receberam autorização do Cardeal D. Henrique para se fixarem na zona de Alvalade.

As últimas referências históricas à presença muçulmana em Portugal datam do século seguinte, durante o domínio filipino. Em 1603, Filipe II ordenou que fosse feito um censo de todos os muçulmanos residentes no país — ainda no primeiro quartel do século, o mesmo monarca terá ordenado a sua expulsão.

O renascimento da comunidade islâmica

De então para cá, nada se sabe. Os que ficaram foram completamente assimilados e a comunidade islâmica só renasce, com alguma expressão, depois da independência das ex-colónias, com a chegada dos ismaelitas vindos de Moçambique.

A chegada dos ismaelitas vindos do Índico assinala, de certo modo, um reencontro dos portugueses com os xiitas. Apesar da evolução registada ao longo dos séculos, a verdade é que Aga Khan, o chefe supremo dos ismaelitas, traça as suas origens até Fátima, filha de Maomé e mulher de Ali, o primeiro líder xiita. E os ismaelitas receberam o seu nome do Xá Ismail (conhecido na História portuguesa como Xequé Ismael), que estabeleceu o xiismo na Pérsia, no século XVI.

Ismail e Afonso de Albuquerque conheceram-se na Índia e desenvolveram uma amizade que facilitou alianças pontuais, possibilitando ao vice-rei português o controlo de Ormuz — que pertencia ao Xá — e a tomada de Goa, em troca de auxílio ao líder xiita na luta contra turcos e tártaros, sunitas que disputavam a hegemonia religiosa na Índia.

França

«**S**E É CATÓLICA, pode viver no seio da nossa comunidade, protegida por ela — se pagar o dízimo e nunca nos ofender.» Esta interpretação do Corão foi feita há três anos pelo Imam da mesquita de Marselha, em resposta a uma pergunta do EXPRESSO sobre a eventual incompatibilidade da aplicação rigorosa dos preceitos muçulmanos numa sociedade laica e moderna como a francesa.

Muito mais radical foi, esta semana, a reacção do Imam da vizinha mesquita de Lyon que recusou responder às perguntas de uma jornalista do diário «Libération», porque os textos sagrados proibem que «uma mulher o olhe nos olhos».

Há quinze dias, uma manifestação de fundamentalistas islâmicos, organizada em Paris contra o livro de Salman Rushdie, degenerava em palavras de ordem de uma rara violência, incitando ao assassinato do escritor britânico. E os franceses ficaram estupefactos ao verem na televisão as imagens dos manifestantes orando, prostrados em direcção a Meca, no meio da Praça da República. As ameaças de morte multiplicam-se em França contra todos quantos condenaram publicamente a «Fatwa» de morte lançada pelo Ayatollah Khomeiny contra Rushdie. Visadas são, nomeadamente, as organizações humanitárias como a Liga Internacional Contra o Racismo e o Anti-Semitismo (LICRA):

A escalada dos extremismos

Ana Navarro Pedro em Paris

«Recebemos todos os dias cartas ameaçando-nos de morte por termos condenado esta exploração política em nome de uma religião. Mas devo acrescentar que as ameaças de morte provêm também, em mesmo número, da extrema-direita francesa, porque no nosso comunicado exprimiamos igualmente a nossa simpatia para com a comunidade muçulmana de França, que se podia sentir legitimamente ofendida com o conteúdo do livro de Rushdie. Os dois extremos têm exactamente a mesma reacção», declarou ao EXPRESSO Jean Pierre-Bloch, presidente da LICRA.

O caso Rushdie e as reacções da minoria fundamentalista islâmica francesa ofereceram um terreno profícuo às teses xenófobas do partido de extrema-direita, Frente Nacional: «O Corão proíbe a oração pública aos muçulmanos fora de território islâmico. Se os manifestantes (...) rezaram na Praça da República, virados

para Meca, é porque consideram a França como sendo um território islâmico» argumentou na televisão Jean-Yves Le Gallou, eminência parda da FN.

Nos bairros com grande concentração de imigrantes árabes, proliferam os «graffiti» com alusões a Beirute, «mesmo combate», e incitando à morte de Rushdie. Mas, para muitos observadores, os autores destes «slogans» poderiam encontrar-se na FN, apostada numa estratégia de alarme da população para angariar votos nas eleições municipais de amanhã, domingo.

«Esta é, talvez, a última vez que os franceses vão votar entre franceses» foi a conclusão apocalíptica de Jean-Marie Le Pen, presidente da FN, num comício eleitoral.

«É incontestável que a FN aproveitou o caso Rushdie para explorar o tema da luta contra os imigrantes, realizando uma amálgama inaceitável entre a vasta comunidade muçulmana francesa e os

manifestantes da Praça da República», confirmou Jean-Pierre Bloch.

Todavia, é difícil estimar o impacto dessa mesma exploração junto da opinião pública. Depois dos 14,5 por cento de votos obtidos nas eleições presidenciais de 88, a FN registou rapidamente uma perda de audiência no eleitorado. O escrutínio maioritário a duas voltas das legislativas privou-a de uma representação no Parlamento, apesar dos 2,5 milhões de sufrágios que recolhera, e fez-lhe assim perder as primeiras páginas dos jornais. O resultado da primeira volta das municipais, que terá lugar amanhã, será a esse título interessante.

Segundo nos afirmou Jean-Pierre Bloch, não foi até agora assinalada à LICRA uma recrudescência de reacções hostis por parte de franceses — fora da FN — contra a comunidade islâmica. SOS-Racisme, que se mantém vigilante neste capítulo, e que organizou um desfile de protesto contra a manifesta-



Sygnal/ADS

ção da Praça da República, faz a mesma análise.

É verdade que a comunidade muçulmana se mostra dividida, ainda que maioritariamente moderada, nas suas reacções ao livro de Salman Rushdie. Os primeiros chefes religiosos condenaram os Versículos Satânicos, mas sublinharam que o Imam Khomeiny não tinha o direito de lançar uma «Fatwa» de morte num Estado de Direito ocidental. Os intelectuais árabes residentes em França adoptaram a mesma posição, largamente difundida pela Imprensa e pela Televisão. Alguns inquiridos feitos na rua, junto de imigrantes norte-africanos deram, contudo, resultados contraditórios: enquanto uns condenavam a posição de Khomeiny, outros afirmavam que era agora «um dever» para eles matarem Rushdie, «se o apanhassem à frente».

É difícil, porém, determinar se estas últimas reacções provêm de um real avanço do fundamentalismo islâmico em França, ou se são apenas fruto

de uma exaltação momentânea. Com efeito, o islamismo é a segunda principal religião de França, com 2,5 milhões de fiéis — entre os quais se contam meio milhão de origem francesa. As populações muçulmanas de França são, na maioria, sunitas e moderadas, ainda que se encontrem extremamente divididas pelas suas origens nacionais, culturais e mesmo pelas tensões políticas do Médio Oriente. Nenhuma organização representa assim a comunidade muçulmana, e a rivalidade entre as diversas tendências trava, desde há anos, a criação do Conselho Superior do Islão em França.

É por estas brechas que se tem insinuado um número crescente de chefes religiosos xiitas, ensinando nas inúmeras escolas alcorânicas os preceitos teocráticos em vigor no Irão. É com esta minoria que a FN tenta identificar todos os muçulmanos de França, afirmando que o «Islão se sente agora com força suficiente para desafiar o Ocidente».

Grã-Bretanha

«**É** PROFUNDAMENTE irónico que caiba ao presente Governo conservador defender o escritor Salman Rushdie, ao ponto de pôr em causa interesses comerciais e de política externa. Porque é precisamente este Governo que tem sido alvo de ataques consistentes de Rushdie: indiano por nascimento, muçulmano apóstata, britânico por nacionalização e esquerdistista por opção. O próprio romance que deu origem a esta prolongada polémica, *The Satanic Verses*, não poupa a Grã-Bretanha nem o Governo Thatcher, nem a própria primeira-ministra, nem a polícia, nem a população branca, nas suas críticas contundentes à condição em que vivem os imigrantes — em particular os provenientes do subcontinente asiático — neste país.

Conforme notaria na semana passada o ministro dos Negócios Estrangeiros, Sir Geoffrey Howe, «o livro é também profundamente ofensivo para a Grã-Bretanha, cujo regime chega a equacionar com princípios nazis». Estas declarações levaram Rushdie

Misto de fúria e perplexidade

Maria Teresa Guerreiro em Londres

a quebrar o silêncio imposto pela sentença de morte para telefonar ao líder dos democratas, Paddy Ashdown, o único líder político que o defendeu pública e inequivocamente, expressando os seus receios de que o Governo britânico se estivesse a preparar para o «abandonar».

Contudo, curiosamente, não se registaram ainda, ao longo de todas estas semanas de controvérsia, ataques físicos a imigrantes de cor eventualmente identificados como muçulmanos — ou, pelo menos, não mais do que o costume e não directamente associados aos protestos suscitados entre as comunidades

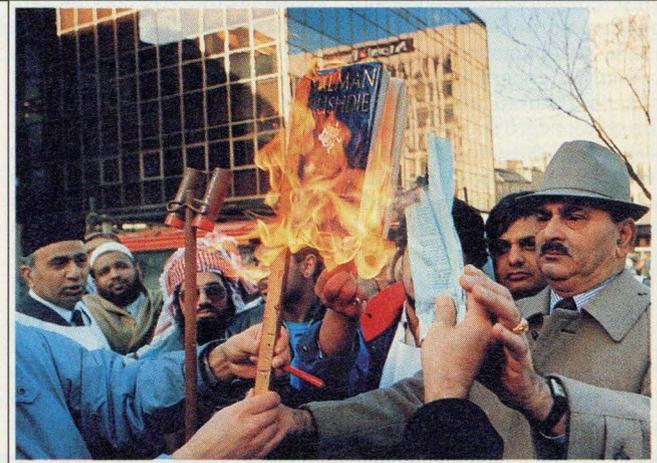
muçulmanas pelo livro de Rushdie.

Este facto é profundamente intrigante para muitos observadores das relações raciais na Grã-Bretanha. Há, sem dúvida, uma tensão palpável. Mas, essa tensão — o ultrage provocado pelas persistentes manifestações de grupos muçulmanos na Grã-Bretanha exigindo a retirada do livro do mercado, e levado ao rubro pela sentença de morte passada pelo Ayatollah Khomeini — parece estar a manifestar-se mais entre as classes médias e intelectuais. São esses que, numa mistura de fúria e perplexidade, dão consigo a iniciar conversas (como tantas vezes temos ou-

vido ao longo das últimas semanas) com «eu não quero parecer racista, nem nunca o fui, mas...» para depois se lançarem em ataques, por vezes algo irracionais, a tudo quanto tenha cor de muçulmano.

Incompatibilidades

Os ingleses — que perderam o império e aceitaram com uma certa «noblesse oblige» e tolerância liberal o influxo de imigrantes de culturas diferentes — vêem-se agora confrontados, talvez pela primeira vez, com o abismo insuperável entre a sua cultura e a desses outros... e seguros da superioridade dos seus valores.



Sygnal/ADS

Sinal claro disto era o comentário do respeitadíssimo jornalista Hugo Young sobre a questão Rushdie, na sua coluna regular do «The Guardian». Recapitulando os méritos do multiculturalismo por oposição à uniformização, Young frisava contudo que havia valores culturais básicos a que os imigrantes tinham que se adaptar por necessidade de coexistência. E terminava, de uma forma incaracterística para um homem que tem feito da moderação patente jornalística, dizendo o equivalente a «quem não está bem que se quem».

Igualmente curiosos têm sido os esforços de comenta-

ristas de direita no sentido de atacar o Ayatollah e defender, paralelamente, a «tradição britânica de liberdade de expressão» sem, ao mesmo tempo, defenderem Rushdie. O director do «Sunday Telegraph», Peregrine Worsstone, atacava a hipocrisia dos intelectuais liberais ao pedirem a um Governo a que se opõem para defender Rushdie (que igualmente se opõe ao mesmo Governo). E o grande idiosincrata da direita, Auberon Waugh, no «Spectator», apontava que Rushdie atacara o racismo dos britânicos e, mais especificamente, a polí-

(Continua na página 24-R)

EUA

"Já vimos isto e de forma pior"

Tony Jenkins em Nova Iorque

HÁ DIAS, uma corda pendurada num poste de iluminação pública da Broadway — a rua mais famosa de Nova Iorque — improvisava uma forca. Por baixo da corda, um grupo de muçulmanos americanos clamava «glória a Khomeini, Rushdie para a forca!» Do outro lado da rua, cerca de três mil pessoas faziam bicha, á chuva, para ouvir 50 autores famosos defenderem o romancista britânico, enquanto cães-polícias farejavam em busca de explosivos.

Ao meio-dia a gritaria cessou. Os homens ajoelharam-se, voltados para Meca (neste caso, de frente para uma loja de moda masculina chamada «Mano a Mano»), da qual saíam sons estridentes de música «rock»), e começaram a entoar preces a Alá.

Este incidente não constituiu a reacção mais extremista aos **Satanic Verses** de Salman Rushdie, do lado de cá do Atlântico. Foram atacadas pelo menos duas livrarias e as instalações de um jornal foram alvo de um atentado bombista, em circunstâncias que a polícia suspeita estarem ligadas ao aparecimento do livro. Os escritórios da Viking Penguin — a editora no maior quina do livro — também já foram evacuados 21 vezes, em virtude das ameaças de bomba recebidas.

Mas a manifestação na Broadway serviu, de facto, para recordar que existem mais de seis milhões de muçulmanos a viver na América. Com efeito, a religião que mais rapidamente tem crescido em todo o Mundo está a ganhar muitos adeptos nos EUA, particularmente entre a comunidade negra. Quem caminhar por Bedford Stuyvesant — um sector negro de Nova Iorque — por volta do meio-dia, poderá ouvir o seguinte clamor em árabe: «Alá é grande... vinde orar». E verá o povo afluindo à Masjid Muminin e a mais meia dúzia de outras mesquitas que abriram as suas portas onde antes funcionava o comércio local.

Muitos dos líderes muçulmanos norte-americanos mostram-se embarçados com a ameaça

de morte proferida por Khomeini e com a violência de uma minoria dos seus correligionários. «Isso é loucura, isso não é islâmico», diz Siraj Wahhaj, imã da mesquita de Masjid At-Taqwa, também em Bedford-Stuyvesant. E acrescenta: «**A forma de lidar com um mau livro sobre religião é escrever — para competir com ele — um bom livro sobre o islamismo.**» Wahhaj esclarece: «**O caminho do Islão é a paz e a tolerância.**»

Verdadeiro ultraje

A sua congregação adoptou o mesmo ponto de vista. Vários dos seus membros disseram ao EXPRESSO que acreditavam no primeiro parágrafo da Constituição americana, o qual garante a liberdade de expressão. «**Não deveria ser permitido alguém poder impedir a venda de um livro**», observou uma mulher.

Esta foi também a opinião de muitos intelectuais islâmicos contactados pelo EXPRESSO. Hassan Abdullah, por exemplo, um académico sunita nascido na Jordânia e que vive em Chicago, afirmou: «**Sentimo-nos verdadeiramente ultrajados com as afirmações de Khomeini e dos fundamentalistas, porque o islamismo é uma religião de tolerância, de discussão, de diálogo. De facto, não é uma religião fechada.**» E Ibrahim Abu Lughod, professor numa universidade do Noroeste, foi categórico: «**Os livros não deviam ser censurados nem banidos.**» Zainab Istrabadi, da Universidade de Columbia, disse que o islamismo era uma religião que sempre tinha tolerado opiniões diferentes e entretido

uma ampla discussão teológica.

«Culpa-te a ti próprio»

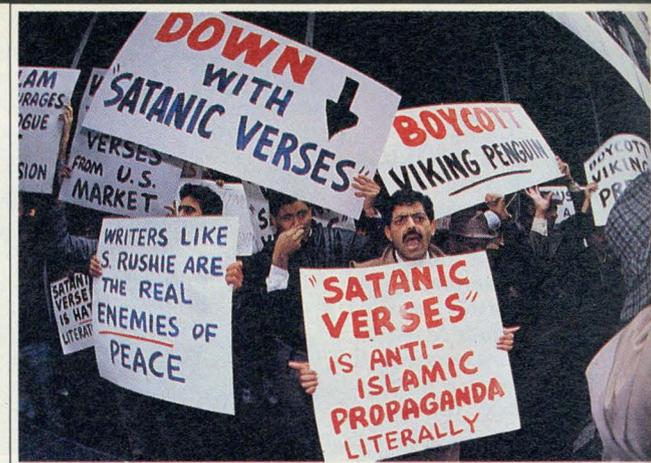
Mas outros houve que utilizaram argumentos diversos, e muito notoriamente Nomanul Haq, que ensina na Universidade de Harvard. Haq publicou um trabalho largamente citado no New York Times que, no essencial, dizia «**Salman Rushdie, culpa-te a ti próprio.**» Haq está convicto que Rushdie sabia perfeitamente que estava a desferir um rude golpe em pleno coração do Islão e que ofenderia muita gente. E de uma forma retórica, Haq pergunta como reagiriam os negros a um livro que atacasse Martin Luther King, ou os judeus a um livro que elogiasse Hitler: «**Sabias que porias a tua mão no enxame de abelhas**», diz Haq a Rushdie. E conclui: «**Cortaste-os e eles sangram; faz qualquer coisa para sarar a ferida.**»

A maior parte das pessoas com quem falámos julgava que o livro era realmente blasfemo, e um dos imãs negros de Bedford-Stuyvesant disse que a blasfémia deveria ser «**cerceada**». A polícia de Nova York, no entanto, sente-se aliviada com o facto de não se terem feito sentir reacções mais intensas. «**Previamos que pudessem surgir graves actividades criminais relacionadas com este livro**», disse-nos um dos agentes da polícia local. Bob Ricks, um funcionário do F.B.I. que investigou as ameaças de bomba, confirmou esse ponto de vista. E acrescentou: «**Não vemos isto como qualquer outra actividade organizada em grupos.**» Ricks, contudo, fez saber que aquele organismo está preocupado com eventuais acções de

um pequeno grupo comprometido de apoiantes de Khomeini de entre os estudantes iranianos nos EUA.

Num país onde o racismo está sempre à tona da vida política, as reacções racistas às ameaças de morte contra Rushdie foram, surpreendentemente, em pequeno número. Nos programas de televisão e rádio houve, inevitavelmente, os apelos à «**destruição total do Irão**» (por meio da bomba nuclear) e dos «**sacanas dos árabes**». Mas pouco mais houve para além das palavras. A polícia de Nova Iorque, onde existe uma numerosa população árabe e muçulmana, não refere haver detectado qualquer recrudescimento dos ataques anti-árabes, nem nenhum acto de vandalismo contra alguma das 71 mesquitas existentes na cidade.

Possivelmente, a razão para uma resposta neste tom terá sido ditada por Washington, onde a administração Bush tem tido muito pouco a dizer sobre toda a situação. A Casa Branca está empenhada em encontrar uma saída que permita melhorar as suas relações com Teerão e conseguir a libertação dos reféns norte-americanos que se encontram aprisionados no Líbano pelos movimentos da guerrilha pró-Khomeini. Como tal, foi o próprio Bush quem fez apenas um breve e insípido comentário público: «**Por mais ofensivo que o livro seja, a incitação ao assassinio e a oferta de recompensas pela sua prática são profundamente ofensivas das normas de comportamento civilizado.**» Tendo-lhe sido perguntado se consideraria a hipótese de aplicar sanções económicas ao Irão, Bush respondeu: «**A partir daqui é difícil res-**



ponder para onde caminhamos».

Uma outra explicação para a reacção surda dos EUA poderá residir no facto de o actual incidente parecer insignificante ao lado do assalto à Embaixada Americana e do aprisionamento de mais de 50 reféns americanos durante 14 meses, de 1979 a 1980. «**Já vimos tudo isto, e pior. Agora, quem é que se importa?**», perguntava um homem que observava os muçulmanos na rua Broadway.

Esta ambivalência tem sido comentada aos mais altos níveis. E, muito significativamente, foi-o pelo mais conhecido orador católico do país, o cardeal John O'Connor, de Nova Iorque. O'Connor uniu os seus esforços aos de Khomeini e condenou o livro sem sequer o ter lido. Falando do púlpito da Catedral de Saint Patrick, o cardeal disse que o livro era ofensivo e expressou a sua «**simpatia com a posição da comunidade muçulmana ofendida**», aconselhando os católicos a evitar lê-lo.

Rushdie — símbolo de liberdade

Em resultado da aparente indiferença por parte dos líderes políticos e religiosos, os protestos têm sido dirigidos pelos escritores e intelectuais. Estes abordaram a questão no âmbito da liberdade de expressão e da censura, em vez de a tratarem como uma questão de modernismo ocidental versus «atraso» islâmico. «**O indivíduo Rushdie dá lugar a Rushdie, símbolo da nossa liberdade de escrever e publicar o que queremos**», comentou a escritora Diana Thrilling. Um outro escritor, Robert Caro, queixou-se de que

a ameaça de morte de Khomeini tinha provocado um efeito de «**arrepio**» nos autores: «**Toca nos corações, não só nos dos autores, mas também no direito dos americanos a lerem o que quiserem.**»

Essa preocupação com a censura através da intimidação tem-se revelado no facto de haver mais protestos contra as redes de livrarias que se recusaram a vender **Satanic Verses** do que contra as organizações muçulmanas. As três maiores redes de livrarias, que representam metade de todas as livrarias no país, retiraram o livro da venda, durante vários dias. Subitamente, as suas lojas começaram a sofrer assaltos e os seus responsáveis a ser acusados de cobardes e de censores pelos meios de comunicação social. Além disso, vários autores de «best-sellers» deram instruções às suas editoras para que os seus livros não fossem vendidos através daquelas redes. Em menos de uma semana, os administradores das redes livreiras mudavam de ideias.

Embora o mundo árabe e islâmico tenha sido muito pouco criticado ao longo desta crise, alguns autores têm esperança de que o efeito estimule uma maior abertura e o progresso do próprio Islão. Um deles, Christopher Hitchens, afirma que Khomeini está «**mais perto da morte de Maomé que Torquemada esteve da morte de Cristo. O islamismo é uma religião relativamente recente; deveria proporcionar, e acabar por fazê-lo, mais espaço para questionamento e debate, o que poderá dar origem a um 'Renascimento' islâmico e ao nascimento do modernismo nos estados árabes.**»

(Continuação da página 23-R)

cia do regime — como tal, não seria um acto de hipocrisia da parte dele aceitar agora a protecção dessa mesma polícia? E Waugh continuava dizendo que já que Rushdie ganhara vários milhões de libras em resultado directo de ter insultado o Islamismo, deveria ser ele próprio a pagar pela protecção física que julgasse necessária nas circunstâncias. Waugh escrevia ainda: «**A questão não é tanto se Rushdie deve ser executado por ter insultado o Profeta Maomé, mas se nós, os imperialistas brancos, devemos fazer**

grandes esforços para protegê-lo da sua gente.»

Velhas atitudes típicas do império

Este comentário de Waugh parece resumir na perfeição a atitude da direita para quem, no fundo, não passa tudo dum desacordo «entre eles». Seguindo esta perspectiva, Rushdie (um «deles») não merece que se percam horas de sono; e, muito embora seja preciso marcar uma posição de princípio relativamente ao Ayatollah, a Grã-Bretanha não deve-

ria pôr em causa vantagem política e muito menos interesses comerciais «**por tão pouco**».

Para os activistas da extrema-direita militante, do tipo Movimento Britânico e Frente Nacional (ultimamente mais empenhados em criar distúrbios em bancadas de futebol), toda esta questão estará talvez acima do seu nível intelectual, o que poderá justificar a ausência até agora de ataques raciais ou contra-manifestações nas múltiplas ocasiões em que muçulmanos britânicos se têm manifestado contra o livro ou mesmo feito autos-de-fé em

várias cidades do país. É verdade que as distribuições de panfletos de propaganda racista em zonas de grande densidade de população imigrante continuam como de costume — mas a ênfase aqui terá que recair sobre o carácter habitual, e não excepcional, dessa actividade nas circunstâncias presentes.

Comunidade muçulmana bastante dividida

O Partido Trabalhista vê-se a braços com um profundo di-

lema: a necessidade de ser visto pelos eleitores de classe média (de cujos votos precisa) como defendendo as grandes tradições britânicas (a liberdade de expressão) e de, ao mesmo tempo, não ofender os eleitores imigrantes, particularmente muçulmanos (de cujos votos também precisa) — e tem sido notável particularmente pelo silêncio gritante com que tem reagido a esta questão. Mas, o deputado trabalhista Keith Vaz, de origem indiana, juntou no passado fim-de-semana a sua voz às exigências de grupos muçul-

manos de retirada do livro de circulação.

Mas, a questão de tolerância/intolerância não se põe só entre «muçulmanos» e «cris-tãos». A própria comunidade muçulmana na Grã-Bretanha está profundamente dividida; e os líderes mais moderados, que têm querido dissociar-se de autos-de-fé, ameaças e identificação com a sentença de Khomeini, têm sido alvo de intensas pressões e mesmo de ameaças contra a sua integridade física por parte de grupos muçulmanos extremistas.